

**11 de novembro**  
**DIA NACIONAL DE**  
**GREVES E PARALISAÇÕES**

**CONTRA A PEC 55 - EM DEFESA DA EDUCAÇÃO**  
**FORA TEMER!**

**Contra a  
PEC 55/2016, que  
congela as políticas  
sociais por 20 anos**

**Contra a Reforma da  
Previdência que acaba com  
a seguridade social e aumenta  
o arrocho aos aposentados**

**Contra a reforma trabalhista e a  
flexibilização do contrato de trabalho**

**Contra o arrocho salarial e o desmonte do  
serviço público impostos pelo PLP 257/2016 (PLC 54)**

**Contra a entrega Pré-sal ao capital estrangeiro e o congelamento  
das verbas orçamentárias para a educação e a saúde**

**Em defesa do direito de greve!**

**Contra o desmonte do ensino médio!**

**Não à criminalização das lutas! Todo apoio às ocupações das escolas!**



**12h - Debate “Resistir é Preciso” - Pavilhão Básico (PB)**

**17h - Manifestação no Largo do Rosário - Centro**

# Novembro de lutas começa neste Dia Nacional de Paralisações: apenas começamos

As frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, CUT, CTB e Intersindical, UNE, UBES e diversas outras organizações dos movimentos sociais e populares convocam toda a classe trabalhadora brasileira a participar hoje do Dia Nacional de Paralisações. As paralisações e protestos deste dia 11 visam reafirmar a resistência popular, a solidariedade às greves em curso e reforçar a mobilização em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, rumo a

uma greve geral contra os ataques que a Ponte para o Abismo do governo golpista de Michel Temer tenta impor aos trabalhadores e à juventude.

Também reafirmamos o apoio e solidariedade aos estudantes secundaristas e universitários que já ocupam mais de 1000 escolas e 185 universidades por todo o país, e que integram a luta desse 11 de novembro. E nosso repúdio aos ataques promovidos por grupos fascistas contra as ocupações

que defendem o direito à educação e à criminalização das lutas, em especial aos ataques ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O governo ilegítimo de Michel Temer a cada dia aprofunda os ataques aos direitos sociais, à democracia e à soberania nacional, tornando a população trabalhadora seu principal alvo. São vários os motivos para unir a classe trabalhadora e a juventude contra o retrocesso.

## Entenda as propostas que ameaçam os seus direitos

A agenda de ataques iniciada com o governo golpista tem um efeito direto sobre a sua vida. Preste muita atenção ao que está acontecendo, se informe e se mova contra a possibilidade de ficarmos dois anos com os salários congelados nos patamares atuais, sem direitos trabalhistas, sem aposentadoria e sem acesso à saúde e educação. Estão metendo a mão no seu bolso e na sua dignidade. Você vai ficar aí assistindo passivamente?

**PEC 55/2016** - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 que está no Senado Federal congela os investimentos públicos por 20 anos, impactando diretamente as verbas destinadas à Saúde, Educação e Assistência Social.

**Reforma da Previdência** - Prevê o aumento da idade mínima de aposentadoria para 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade, reduzindo as pensões por morte a pouco à metade e desvinculando os reajustes das aposentadorias do salário mínimo. Somada à decisão do STF que considerou inconstitucional a de-

saposentação (que permite aos aposentados que continuam trabalhando receber um benefício previdenciário melhor) a proposta configura o maior ataque já feito à Constituição de 1988.

**Reforma trabalhista** - A proposta sinalizada pelo governo é de possibilidade de legalizar jornadas diárias de até 12 horas, regulamentação da terceirização em atividades-fim (o que também vai a voto ainda neste mês no Supremo Tribunal Federal), validar as negociações por categorias mesmo contra a CLT e autorizar negociações individuais entre patrões e empregados.

**Desmonte do serviço público** - Especificamente para o funcionalismo, está tramitando ainda o PLP 257/2016 (PLC 54), que congela o salário mínimo por dois anos, congelamento o repasse de verbas da União para estados e municípios, suspende também por dois anos a realização de novos concursos públicos e reajustes salariais, eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14% e impede a reestruturação de carreira.

**Cassação do direito de greve** - Para aprovar todos esses ataques sem resistência, o Supremo Tribunal Federal votou no mês passado que os salários devem ser descontados sumariamente dos servidores que fizerem greve. Como nem esse movimento freou a paralisação das atividades nas universidades federais, que hoje já acontece em 33 instituições, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) protocolou no dia 25/10 a proposta de emenda constitucional (PEC) 53/2016 definindo a educação como serviço essencial. Concretamente, isso equipara a educação aos demais setores dos serviços públicos que são praticamente proibidos de fazer greve porque o atendimento não pode ser paralisado.

**Pré-sal** - Acaba com a exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal, comprometendo o repasse de verbas para a educação e saúde previstas na lei de gestão dessas bacias. Além de entregar uma das maiores reservas de petróleo do mundo, que, estima-se até 2030 pode ultrapassar o potencial de países como Estados Unidos e Líbia.